

O rio da educação e suas margens

ERASTO FORTES MENDONÇA

Através deste jornal, em 30/04, fiz uma crítica à análise elaborada em artigo anteriormente publicada pela professora Eurides Brito sobre o poder mágico das leis. Nesta ocasião, focalizei a sua coerência na defesa dos princípios liberais, o que a levava, inclusive, a criticar a prática legislativa e normativa sobre a educação, apesar de ter, ela mesma, participado da elaboração de inúmeros instrumentos legais que hoje regem a educação em várias de suas dimensões. Apontei, nessa ocasião, os avanços alcançados na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, como fator motivador da análise da professora.

Em resposta à minha crítica, a professora publicou um segundo artigo no qual a sua metralhadora giratória é ligada atirando em alvos os mais variados. De qualquer maneira, acredito que o espaço aberto para o debate neste jornal possibilita a eludicação de muitos aspectos fundamentais da educação, bem como a existência de formas diferentes de interpretá-los. Também a educação tem o seu divisor de águas e tudo leva a crer que estamos em margens diferentes. Esse segundo artigo permite-me, discordando mais uma vez da autora, colocar o problema da ideologia que perpassa as questões levantadas.

De minha parte, embora tenha sido classificado de descortês e mau leitor, considero a autora como excelente leitora, já que demonstra ter a capacidade de ler e escrever de forma a colocar a palavra sob o seu domínio, ainda que nem sempre sob o domínio da realidade. Nesse sentido, ao citar o marxismo como "uma posição respeitável que merece ser estudado por pessoas de responsabilidade" (sic), a professora demonstra a sua excelência como leitora desta teoria pois, apropriando-se de seu instrumental de análise, utiliza-o conscientemente para produzir ideologia que, para o marxismo, assume a função de representação invertida e distorcida da realidade. É através dela que a classe dominante, por meio de seus intelectuais, apresenta os seus interesses como se fossem universais.

Numa interpretação ingênua de sua própria neutralidade, a autora julga-se liberta e independente, a ponto de não ter que "render vassalagem a gurus intelectuais ou obedecer à panelinhas". Conforme suas palavras, não deve a sua carreira a nenhuma dessas

panelinhas, veio de baixo, passou fome e fez carreira pelo seu merecimento.

Não discuto o seu merecimento nem a sua competência. Ressalto, porém, que, numa sociedade de classes como a nossa, os interesses dessas mesmas classes não são somente divergentes como antagônicas. A competência não é neutra e ninguém é competente no abstrato mas na direção dos interesses de uma classe e não de outra. Faz parte da natureza da competência, portanto, estar de algum lado, a serviço de alguma classe. Por esta razão, não aceito a visão ideológica subjacente às suas palavras quando afirma que passou fome mas chegou onde chegou. Para a cartilha liberal, a sociedade propicia chances iguais para todos, vencendo aqueles que são mais esforçados. Sabemos, no entanto, que, numa sociedade de classes, não é verdade que o sol nasce igualmente para todos, como os passarinhos não cantam da mesma forma para todos, como quer nos fazer acreditar a ideologia burguesa. Se a professora chegou onde chegou foi também porque a sua competência esteve a serviço de uma classe que lhe propiciou esse merecimento. A mesma professora que hoje blasona-se de democrata, em sua gestão como Secretária de Educação do DF perseguiu duramente professores e demitiu-os, num processo tão questionável do uso de sua autoridade que, mais tarde, a mesma instituição reintegrou esses mestres, reconhecendo terem sido as suas demissões efetuadas por motivação política.

Quanto às críticas que a autora faz à Universidade, não pretendo respondê-las. A autora, aproveitando-se do tema em questão, aponta a sua artilharia exclusivamente para a universidade pública que, embora com sérios problemas, tenta sobreviver às pressões com um mínimo de democracia. Mas poupa inexplicavelmente as instituições privadas de ensino superior, cuja qualidade de ensino, para citar apenas uma de suas dimensões de atuação, é reconhecidamente problemática. A autora diz-se com autoridade para criticar as instituições em que trabalha e é ótimo que o faça. É lamentável, porém, que as próprias pessoas que fazem parte da universidade pública e dizem defendê-la criem o telhado de vidro e se armem de pedras para atingir a instituição que historicamente sempre esteve associada às lutas pela democracia na vida brasilei-

ra. A Universidade de Brasília, de modo especial, merece de nós professores um tratamento mais respeitoso e uma atitude de sua intransigente defesa por tudo o que ela significou e deve continuar significando em função de sua ideia original. Essa defesa deve partir, especialmente, daqueles que se dizem defensores do ensino público pois, por estar no centro pulsante da política brasileira, a UnB é a primeira a receber os rojões do liberalismo e suas permanentes intenções de privatização.

Ao defender o substitutivo Jorge Hage da LDB, fui, ainda, acusado de reduzir a complexidade da educação brasileira "a um mísero conflito entre escola pública e escola particular". Esse tem sido o argumento falacioso dos privatistas ao longo de várias décadas de luta pelo ensino público no Brasil. A autora, que não se vê como privatista, ao utilizar-se da mesma falácia, deixa, ao menos, dúvidas quanto à sua posição. Considero esta uma questão vencida.

O salário-educação aplicado sem pudor nas empresas privadas de educação e as numerosas e escandalosas autorizações de funcionamento de estabelecimentos particulares de ensino superior são apenas dois exemplos. Negar que esse "mísero conflito", tem funcionado como fiel da balança desses avanços e recuos nesta área é negar a própria história da educação brasileira.

A educação brasileira reflete as contradições de nossa sociedade de classes e uma dessas contradições é, sem dúvida, a existência, garantida pela Constituição, das redes pública e privada de ensino que, num Estado burguês, torna menor a função do ministério da área submetendo a sua ação a um mesquinho papel de controlador de mensalidades escolares, como vem ocorrendo no atual governo.

Tenho muita segurança de estar em determinada margem do rio e não em outra e, ao defender a escola pública não o faço de maneira panfletária mas com a consciência de quem tem vinte e um anos de trabalho dedicados à educação pública e privada. Os quilômetros rodados nesta estrada me permitem conhecer ambas as redes e admitir, por força de preceito constitucional, a existência da escola privada com opção e não como via que se constrói pelo aviltamento da escola pública.

Erasto Fortes Mendonça é professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília